

Sim, os bancários podem celebrar o acordo de dois anos

Enquanto metade das categorias de trabalhadores teve perdas com a inflação em seus acordos, bancários garantem aumento real, direitos, PLR e tíquetes

Que a situação econômica não está fácil para ninguém, não há dúvidas. A gente sente na pele e no bolso o tamanho da crise. A cada reforma, Projeto de Lei e Medida Provisória do governo federal, mais ameaças aos direitos do trabalhador.

A inflação não para de subir, especialmente os combustíveis, alimentos e a energia elétrica. Com uma política econômica de arrocho, mais da metade das categorias de trabalhadores, conforme informamos na edição anterior, fechou acordos abaixo da inflação, com perdas iguais ou superiores a 0,18%.

Quase seis em dez categorias (58,7%) tiveram índices abaixo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). A estratégia do acordo de dois anos preservou os direitos dos bancários, como a jornada, o

O adiantamento da PLR

Itaú - Paga a primeira parcela da PLR e do PCR nesta quinta (23)

Bradesco - A primeira parcela da PLR foi depositada no sábado (18).

Santander - Só vai creditar a PLR e os programas próprios em 30 de setembro, último dia do prazo.

Banco do Brasil - Foi o primeiro a adiantar a PLR, no dia 31 de agosto

Caixa - A Caixa é o maior mico entre todos os bancos. Pagou a primeira parcela da PLR e da PLR Social no dia 10, mas com valores rebaixados. O Sindicato e a Contraf-CUT cobram o valor correto (mais detalhes, na página 4).

Safra - Confirmou o adiantamento da PLR para sexta-feira (24)

Mercantil - Pagou a primeira parcela da PLR na última segunda-feira (20)

reajuste acima da inflação (10,97%) nos salários e demais verbas remuneratórias e os tíquetes. A PLR também está garantida e na maioria dos bancos foi conquistado o adiantamento da primeira parcela. E aumento de salário ajuda até na economia do país. Os ganhos da categoria terão impacto de R\$15 bilhões no mercado interno. Agora é continuar a luta por um retorno ao trabalho presencial seguro, negociado com a categoria e não de qualquer jeito em plena expansão da variante Delta da Covid-19, como insistem os bancos (confira na página 3).

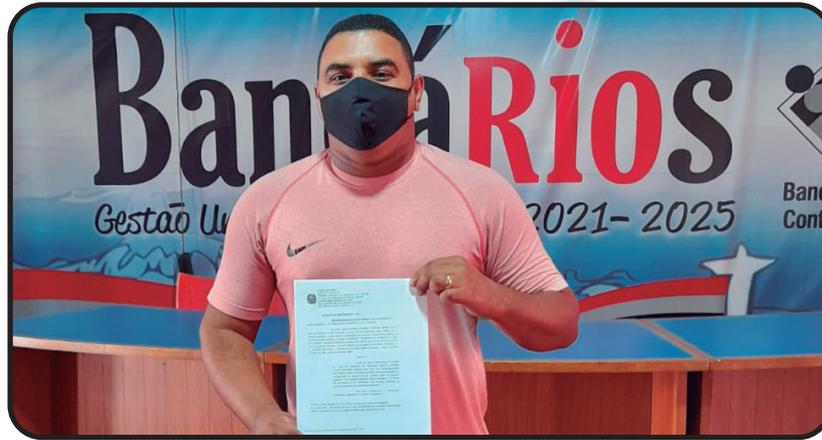
A preservação das conquistas reafirma a importância dos sindicatos na vida do trabalhador e também a força da unidade e da mobilização da categoria ao longo dos anos. Parabéns bancários e bancárias. O acordo de dois anos veio na hora certa.

Sindicalize-se. Um futuro melhor para a categoria somos nós, juntos, que garantimos.

Sindicato reintegra bancário com LER/DORT demitido pelo Bradesco

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do Rio reintegrou mais um funcionário do Bradesco: Jerlison Rodrigues Bahia, que trabalha na Agência da Avenida Nicarágua, na Penha, região da Leopoldina do Rio de Janeiro. O bancário é portador de LER/Dort (Tendinite, Túnel do Carpio, Cotovelo e Ombros) e havia sido demitido em março deste ano.

Logo após ser dispensado, Jerlison, que tem 11 anos no Bradesco, procurou ajuda no Jurídico e na Secretaria de Saúde do Sindicato.



O bancário Jerlison Rodrigues comemorou a sua reintegração garantida pelo Jurídico do Sindicato

O Juiz Ricardo Georges Affonso Miguel, da 13ª Vara de Trabalho anulou a demissão irregular e atendeu ao pedido de antecipação de tutela para a reintegração feita pela advogada do Sindicato e do escritório da AJS, Natália Miranda.

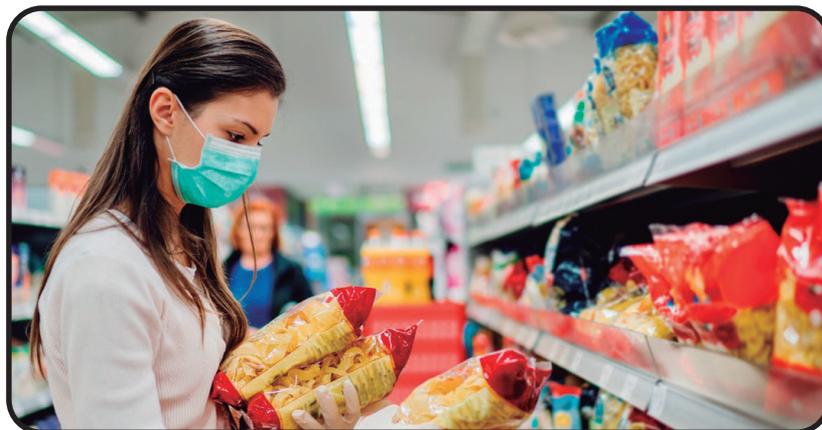
“A Justiça trabalhista reconheceu o nexo causal da LER/Dort do bancário, caracterizando a doença adquirida no trabalho. É mais uma vitória da categoria”, afirma o diretor do Sindicato, Sérgio Menezes. Os diretores do Sindicato Arlensen Tadeu e Ronaldo Gonzaga também acompanharam o caso.

Com aumento do IOF, inflação pode subir em 0,2%

Governo Bolsonaro aumenta alíquota do imposto em 36%

A decisão do Governo Bolsonaro de aumentar o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), além de elevar o custo para os consumidores nas linhas de crédito, empréstimos e financiamentos, também vai impactar nos preços dos produtos e serviços. Analistas calculam que a mudança pode fazer a inflação subir em 0,2% ao ano. Para quem prometeu reduzir a carga tributária, a decisão soou como traição para aos que apostaram nas promessas do atual governo.

De acordo com o decreto publicado na última sexta-feira (17), a alíquota diária do IOF para pessoas físicas passará de 0,0082% (3% anual) para 0,01118% (4,08% anual). Já para as empresas, a taxa de 0,0041% (1,5% anual) aumen-



A população sente o poder de compra encolher frente à alta dos alimentos, combustíveis e energia elétrica. A inflação é resultado do descaso do governo pela pandemia e do fracasso da política econômica de Paulo Guedes

ta para 0,00559% (2,04% anual). Estas variações vão valer até o fim de dezembro.

EXPLOÇÃO INFLACIONÁRIA

O mercado já prevê uma

elevação da inflação em 2021 para 8,35%. Os brasileiros já sentem no bolso a crise puxada pelos aumentos dos combustíveis, alimentos e energia elétrica. E qual o remédio adotado pela equipe econômica

do governo para controlar a alta dos preços? Aumento dos juros, os mais altos do planeta. A expectativa dos economistas é de que a Selic seja elevada pelo Banco Central em 1 ponto. Não é pouco para um país que cobra de 300% a 600% nos juros dos cartões de crédito, enquanto na Europa e nos EUA, com a pandemia, os juros chegam a quase zero. Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda do Governo Sarney, um economista defensor de reformas liberais setenciou esta semana: “Paulo Guedes foi um completo fracasso”. E não há quem não sinta este fato no dia a dia. Não foi só pandemia, agravada pelo negacionismo do presidente da República. A política econômica deste governo é um fiasco absoluto.

Banco Bocom: cipeiros eleitos

Os funcionários da unidade do Banco Bocom BBM, localizada na Avenida Barão de Tefé, no Centro, elegeram seus cipeiros no último dia 31 de agosto. São eles, Bru-

no Macedo Souza, Marcelo Gonçalves Silva (titulares), Melaine Figueiras Leão e Clariana Pereira Jorge (suplentes). A posse será no dia 1º de outubro, às 15 horas.

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é um instrumento importante para o trabalhador para diminuir o número de acidentes e doenças relacionadas ao

trabalho. Para isso, a CIPA elabora um plano de trabalho com ações preventivas e busca o diálogo com os funcionários e o movimento sindical.

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olintho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 10000

Para os bancos, o lucro vale mais que a vida

Bancários são pressionados a retornar ao trabalho presencial ante a explosão de casos das variantes da Covid-19

No primeiro trimestre de 2021, o número de desligamentos por morte no setor financeiro saltou 114,6% em relação ao mesmo período de 2020, acima da média na variação dos demais trabalhadores: 106,7% na educação, 95,2% entre os profissionais de transporte, armazenagem e correios, 78,7% nas atividades administrativas e serviços complementares

e 75,9% no setor de atenção à saúde. Os números são do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). E agora, sem negociar com os bancários, os bancos pressionam os funcionários a voltarem ao trabalho presencial. “Mesmo diante de números assustosos nesta pandemia e com a explosão das variantes da Covid-19, como é o caso da Delta no Rio de Janeiro, os bancos parecem insistir em colocar os lucros acima de tudo, até mesmo da vida. É preciso negociar o retorno ao trabalho presencial e garantir uma volta com segurança, quando pelo menos 70% da população brasileira estiver vacinada com as duas doses necessá-



O retorno ao trabalho presencial preocupa os bancários e o Sindicato só aceita a volta quando houver segurança

rias, segundo recomendam os especialistas”, alerta o presidente do Sindicato do Rio José Ferreira. Até sexta-feira (17), último dado divulgado pelo Ministério da Saúde, o Brasil estava com apenas 37,53% da população completamente imunizada. O Sindicato pede aos bancários que denunciem à entidade qualquer forma de pressão para o retorno, abuso ou irregularidade cometida pelos bancos. Os telefones são: 2103-4121/4124/4172 (bancos privados); 2103-4122/4123 (bancos públicos) ou 2103-4150/4151/4106 (Secretaria de Saúde).

Banco do Brasil - O Banco do Brasil divulgou um comunicado interno na quinta-feira (15) passada, informando que

as funcionárias e funcionários que estão em home office, e não pertencem ao grupo de risco, poderão retornar ao trabalho presencial de forma opcional a partir do dia 20 de setembro. O “convite”, na prática, é um constrangimento para os bancários e sem nenhuma negociação com a Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB) e os sindicatos.

Caixa - O Sindicato recebeu várias denúncias de que o banco está chamando para que os empregados retornem e com um agravante: inclusive o pessoal de grupo de risco (desde que o bancário registre que “quer voltar”). A volta é para quem apresentar as duas doses ou dose única contra a

Covid-19 considerando a imunização completa.

Itaú - O banco quer o retorno de todos os empregados a partir do dia 4 de outubro deste ano, inclusive pessoas com comorbidade, como obesos, diabéticos e trabalhadores de mais de 60 anos. A única exceção seriam as gestantes. O comunicado do Itaú diz ainda que o bancário poderá retornar já no próximo dia 20 de setembro, mas

o retorno é “voluntário”.

Bradesco - O banco está ligando para todos os funcionários, através do Viva-Bem, setor da área de saúde do banco, para saber se o funcionário tomou as duas doses e tem ou não comorbidade. Quem está completamente imunizado e não tem comorbidade, não tem doença grave, o Bradesco está chamando a retornar e exigindo novos exames para quem tem comorbidade.

Santander - O banco espanhol foi o primeiro a anunciar a volta ao trabalho presencial. Já havia anunciado, em agosto, o retorno dos trabalhadores que estão em home Office, nos prédios e setor administrativo. Quem está em comorbidade continua em casa.

AABB Tijuca pede socorro. De que lado está o prefeito Eduardo Paes?

Ícone de resistência, fundada pelos funcionários do quadro de apoio, a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) Tijuca vem lutando pela sua sobrevivência, buscando soluções e novas filiações. Uma das saídas, passa pelo tombamento do prédio, para que se possa viabilizar parcerias, recompor passivos e voltar a ser um orgulho tijucano. O vice presidente da entidade, Alexandre Batista e



Alexandre Batista e Roberto André: a luta pelo tombamento da AABB Tijuca é de toda a sociedade. O prefeito Eduardo Paes vetou a proposta

o ex-presidente Roberto André, explicam que o projeto do tombamento foi abraçado por vereadores e aprovado, mas vetado pelo prefeito Eduardo Paes. “O abaixo assinado é mais um grito de resistência dessa brava associação. Contamos com a assinatura e divulgação de todos”, explica Alexandre. Confira em nosso site, a matéria na íntegra, sobre o assunto: www.bancariosrio.org.br.

Que vergonha, Caixa!

Sindicato e Contraf-CUT cobram da direção do banco o acerto no valor da PLR

O Brasil tem gratidão aos empregados da Caixa Econômica Federal que correram risco de morte nesta pandemia da Covid-19 - e muitos perderam, de fato, a vida - para garantir o pagamento do auxílio emergencial, FGTS e seguro desemprego para quem mais precisa. Mas o presidente do banco, Pedro Guimarães e a direção da empresa não dão valor aos bancários. A Caixa antecipou a PLR e a PLR Social no último dia 10 de setembro, mas com valores abaixo do que prevê o acordo coletivo e teria ainda descontado dívidas de empréstimos dos funcionários com o próprio banco. Em março deste ano, o banco já havia pago valores inferiores na PLR Social e o Sindicato do Rio já entrou com uma ação judicial para o devido reparo.

OFÍCIO ENVIADO

A Contraf-CUT, a pedido dos sindicatos, enviou ofício à direção da Caixa na última sexta-feira (17), cobrando o acerto da participação nos lucros. No documento, o movimento sindical cobra o pagamento do "percentual do Lucro Líquido da



empresa (Parcela Adicional da PLR Fenaban equivalente a 2,2% do lucro líquido e PLR Social equivalente a 4% do lucro líquido previsto no Acordo Coletivo de Trabalho da PLR 2020/2021), que estabelece, em sua cláusula 11ª parágrafo sétimo, que o adiantamento, a ser pago até o dia 30 de setembro seria de 50% do valor total devido, e calculado considerando o lucro líquido obtido no 1º semestre de 2021. Ou seja, há previsão de pagamento de metade (50%) das regras to-

tais previstas para o ano como um todo. Para o caso da regra básica da PLR Fenaban onde não há vinculação direta com o lucro líquido bastaria, portanto, aplicar metade do valor anual previsto, o que corresponderia a 45% da remuneração base + R\$ 1.403,52". "Tanto o adicional da PLR Fenaban quanto a PLR Social são diretamente vinculadas ao lucro líquido e, portanto, o pagamento de 50% do total anual devido nestas duas parcelas é calculado tendo como parâmetro o lucro

líquido do 1º semestre, conforme descrito no ACT", explica o documento. "O valor correto devido para a Parcela da Regra Adicional seria R\$ 2.864,04, mas o ACT prevê teto individual de R\$ 2.807,03 na antecipação. Na PLR Social, o valor devido seria de R\$ 5.276,38. No caso da PLR Social não se aplica teto individual. Os valores calculados pela Caixa, porém, correspondem à R\$ 1.451,01 e R\$ 2.638,20, quase metade do valor devido", explica o presidente do Sindicato do Rio José Ferreira.

Os sindicatos cobram uma imediata negociação para que o banco pague o valor justo e correto para os empregados. "É inaceitável que, sob a vigência do mesmo Acordo Coletivo, a empresa calcule a antecipação de formas diferentes em um e outro exercício. Não duvido que a gestão de Pedro Guimarães tenha realizado o pagamento menor da primeira parcela com o objetivo de mascarar o fato de que o alto lucro do primeiro semestre - do qual ele tanto se gaba - não é lucro recorrente, mas resultado do encolhimento da empresa através da venda de seus ativos", critica

Pressão contra reforma administrativa continua e projeto pode ser votado nesta terça (21)

PEC 32 proposta por Bolsonaro e Guedes prevê fim da estabilidade do servidor público, mas mantém privilégios de juízes e militares

A pressão das manifestações dentro e fora da Câmara dos Deputados, em Brasília, e nos estados, durante toda a semana passada fez com que a bancada governista adiasse da última quinta-feira (16/9) para esta terça (21/9), a votação da reforma administrativa (PEC 32) na Comissão Especial. A mudança aconteceu em função da derrota do governo Bolsonaro que não tinha maioria dos votos para aprovar a emenda constitucional na Comissão. Pouco antes da decisão, os servidores conseguiram entrar na Câmara e na sala onde ocorria a sessão da Comissão Especial, impedindo a votação, num aumento da pressão sobre os parlamentares. Em seguida a sessão foi suspensa.

A SOCIEDADE PERDE

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 foi feita para beneficiar bancos e outras empresas e irá sucatear e restringir o atendimento e direitos sociais, trabalhistas e humanos à população, especialmente a parcela mais pobre que depende dos postos de saúde, hospitais públicos, das agências do INSS, das creches, escolas e da Justiça do Trabalho. É ainda uma reforma que acaba com os principais direitos dos servidores, entre eles a estabilidade no emprego. No entanto, setores mais privilegiados do funcionalismo, como militares e juízes, não serão atingidos pela proposta, que representaria o fim do sonho de muitos brasileiros

em prestar concursos públicos em busca de maior estabilidade. O projeto põe fim ao Regime Jurídico Único (RJU) ao autorizar contratações via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a gestão de setores inteiros do serviço público por empresas privadas. No lugar da estabilidade, prevê a demissão por avaliação de desempenho que impossibilitaria um servidor de denunciar irregularidades e corrupção nas repartições e abriria caminho para a perseguição política do governo. Em outras palavras, é a privatização do setor público.

A IMPORTÂNCIA DOS SERVIDORES

É bom lembrar que, se não

fosse o setor público, como é o caso do SUS (Sistema Único de Saúde) e a Caixa Econômica Federal, os brasileiros não teriam sido assistidos contra a pandemia da Covid-19 e os mais vulneráveis não teriam recebido o auxílio emergencial. "Se depender do setor privado, o povo brasileiro estará entregue a própria sorte e a pandemia confirmou isso. Essa é uma luta de toda a sociedade, e não apenas dos servidores, contra esta reforma administrativa que poderá desmantelar de vez o estado brasileiro. Bolsonaro e Guedes querem um estado somente à serviço dos interesses do grande capital", disse a vice-presidenta do Sindicato dos Bancários do Rio, Kátia Branco,